

# AS MIGRAÇÕES INTERNAS À LUZ DO PENSAMENTO DE ROBERTO SIMONSEN: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ENSAIO “RECURSOS ECONÔMICOS E MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES”

Lidiane Maria Maciel<sup>1</sup>  
Arthur de Aquino<sup>2</sup>

**Resumo:** No Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, a preocupação com a formação da mão de obra livre e necessária para desenvolvimento econômico do país assume destaque no pensamento social brasileiro. Desse modo, as migrações internas e internacionais se apresentaram com solução emergente para a escassez de braços na lavoura e para a nascente indústria de modelos fordista/tayloristas. Este artigo analisa as migrações por meio do debate emergente na obra de Roberto Simonsen (1889-1948). O objetivo é realizar uma exposição do tema a partir do ensaio “Recursos econômicos e movimento de população”, publicado pela primeira vez em 1940. A hipótese de trabalho é que, no pensamento do autor, os recursos econômicos e o fator humano são células básicas no desenvolvimento do capitalismo, cujo método de produção se realiza na indústria. A metodologia utilizada, por se tratar de um estudo de um texto ensaístico, inspira-se na análise do discurso. Os resultados e conclusões indicam que Simonsen, bastante a frente do seu tempo, vislumbrou a necessidade e responsabilidade estatal quanto à produção de política de planejamento migratório para melhorar os níveis de vida no país.

**Palavras-Chave:** pensamento social brasileiro; processos migratórios; industrialização; urbanização; formação da classe trabalhadora.

## MIGRATIONS IN ROBERTO SIMONSEN’S THOUGHT: A CRITICAL ANALYSIS OF THE ASSAY “ECONOMIC RESOURCES AND MOVEMENTS OF POPULATIONS

**Abstract:** In Brazil, in the 1930's and 1940's, the concern with the formation of salaried class, necessary labor for the economic development of the country, is highlighted in the Brazilian social thought. Thus, internal and international migrations presented an emerging solution scarcity of workers for coffee harvesting and industry (Fordist / Taylorist model). This article analyzes migration through the debate established in Roberto Simonsen's work (1889-1948). The objective is to hold a debate based on the essay “Economic Resources and Population Movement”, published 1940. The hypothesis is that, in the author's thought, economic resources and the human factor are basic cells in the development of capitalism whose method production takes place in the industry. The methodology is guided by discourse analysis. The results and conclusions indicate that Simonsen, well ahead of his time, saw the need and state responsibility for the production of migration planning policy to improve living standards in the country.

**Keywords:** brazilian social thought, migratory processes, industrialization, urbanization, working class formation.

---

\*O artigo apresenta pesquisa original, com reflexões derivadas das pesquisas de mestrado de ambos os autores: MACIEL, Lidiane. O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos -SP. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. 2013. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (FAPESP); e AQUINO, Arthur. A controvérsia do Planejamento econômico entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín e a consolidação do projeto industrialista. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. 2011.

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP), professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) e da Faculdade de Educação e Artes (FEA), da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: lidiane@univap.br.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP). E-mail: arthur.aquino@gmail.com.

## Introdução

Durante a década de 1940, tomam lugar no debate público brasileiro disputas em torno do tema do planejamento econômico, na órbita ainda das discussões acerca de um projeto de nação para o Brasil. O advento da urbanização e da industrialização, agora dois processos imbricados e pautados como agendas de interesse nacional, apresentam-se por meio da concentração de população e indústrias em áreas urbanas periféricas da cidade, condição que se constrói de forma paralela, “desamarrada” das políticas estatais claras. “As cidades, além de concentrarem uma parcela crescente da população do país, convertem-se no lócus privilegiado das atividades econômicas” (BRITO, 2006: 223). Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE - SP) indicam que o município de São Paulo, visto como exemplo, em 1920, possuía uma população de 579.033 habitantes e, vinte anos depois, em 1940, de 1.326.261 habitantes, população esta que nos anos seguintes continuou crescendo, dado seu saldo migratório positivo.

Frente a esse quadro histórico, o objetivo deste artigo é destacar a questão da migração interna enquanto tema constituinte e conjugado a esse ciclo de desenvolvimento econômico, considerando que as transformações da sociedade brasileira no século XX tiveram como principais “vetores a grande expansão das migrações internas” (BRITO, 2006: 223). Aqui se interessa por uma dimensão específica do problema: situar o tema migratório no pensamento industrialista do período analisado, convicção que é proponente de direção e hegemonia sobre um processo e uma agenda completamente nova naquele momento, que se realiza na defesa de uma industrialização enquanto objeto de planejamento econômico estatal.

Planejamento, migração e industrialização são temas convergentes. Contudo, é ainda bastante marginal o tratamento de como o tema migratório figura no conjunto da obra e pensamento desenvolvimentistas. Faz-se necessário, então, um estudo vertical do primeiro trabalho sistemático e com rigor técnico acerca das migrações internas a partir de uma perspectiva pró-industrialização: o ensaio “Recursos econômicos e movimentos das populações”, de Roberto Simonsen (1889-1948). Situa-se o autor e o texto dentro de um conjunto maior de pensamento, vinculado a “corrente desenvolvimentista” ou ainda reconhecido como o “pensamento desenvolvimentista”.

A literatura especializada trata o pensamento desenvolvimentista (enquanto decorrência histórica, econômica e política) a partir de duas condições fundamentais. A primeira, de viés predominantemente econômico, decorre da própria condição singular e sem precedente que caracteriza a situação de subdesenvolvimento, como enunciada na síntese feita por Bielschowsky sobre o ciclo desenvolvimentista estabelecido nas décadas de 1950 e 1960. A segunda condição, de viés predominantemente político, decorre da própria disputa entre essas ideias e conjuntos ideacionais pela hegemonia desse processo emergente (BIELSCHOWSKY, 2004: 16-21).

Embora a organização de interesses políticos entre os segmentos industriais fosse fenômeno anterior à Era Vargas (1930-1945), é no ano de 1930 o ponto de inflexão para esse conjunto de interesses organizados se reunir no afã da estruturação – mais ou menos incompleta ou determinada, com erros, acertos, percalços e descontinuidades – de um projeto político pretensamente hegemônico. A Revolução de 1930, desencadeada pelo golpe de Estado que retira Júlio Prestes da presidência e empossa Getúlio Vargas, estabelece-se como clímax dessa precipitação e colapso final da I República. Esse acontecimento abre espaço para a emergência de diferentes conjuntos ideacionais e projetos políticos pretensamente hegemônicos, entre os quais se destacam aqueles relativos à organização da vida econômica: liberalismo e industrialismo<sup>3</sup> (LUZ, 1963; LEME, 1978).

É importante destacar que o embate entre esses dois conjuntos ideacionais não se tratou de uma polêmica aberta com o descortinar da Era Vargas. Franco e Lago (2011) mostram que durante a I República foi entusiasmado na definição da política econômica a disputa entre “metalistas” – defensores da manutenção do padrão-ouro e convivas da linha liberal-ortodoxa – e “papelistas” – favoráveis ao abandono do padrão-ouro no Brasil e simpáticos ao que se chama hoje de um regime de câmbio administrado. Nessa segunda corrente, os autores sublinham que figuram nomes coincidentes a um grupo de técnicos e intelectuais francamente pró-industrialização, tal como Luiz Raphael Vieira Souto,

---

<sup>3</sup> Seguindo Carone (1977: 7-8), consideraremos por “industrialismo” a corrente de teor desenvolvimentista propagandeada pelas lideranças dos segmentos industriais e pelos seus principais intelectuais orgânicos. Apesar dessa classificação, não se perde de vista que são grupos e agremiações cujas ideias estão em contínua e efervescente elaboração intelectual. Ainda nesse entendimento, seguimos a interpretação de Bielschowsky (2004: 77-89) acerca desse grupo enquanto integrantes do chamado “desenvolvimentismo do setor privado nacionalista”, com a proeminência da liderança, obra e pensamento de Roberto Simonsen.

Serzedelo Correa e Amaro Cavalcanti, além da presença dos próprios empresários dos ramos fabris e comerciais. Todavia, os autores dão destaque à predominância da corrente liberal-ortodoxa e conservadora do padrão-ouro, no período compreendido pela I República (FRANCO; LAGO, 2011).

Se o ambiente político da I República estivera favorável ao campo liberal –paladino por excelência do modelo mercantil-exportador –, logo também no campo empresarial industrialista uma organização de interesses articulava-se. Carone (1977) registra que a primeira organização pró-indústria nasce já em 1822, a proclamada “Sociedade Auxiliadora da Indústria”, mantenedora do periódico “O Auxiliador da Industria Nacional” – periódico técnico e econômico voltado para a atividade fabril e mecanização da atividade agrícola. O autor ainda chama a atenção para o fato inusitado de surgir uma entidade de defesa da indústria antes mesmo do ambiente industrial propriamente dito entre as atividades produtivas presentes no país.

Todavia, ao passo que os segmentos industriais se desenvolvem, crescem e se consolidam as entidades de defesa da indústria; com esse crescimento, surge também a elaboração de propostas e projetos que viabilizam e fortalecem a incipiente indústria nacional. Não está no escopo desse artigo, mas é interessante destacar que essa organização não se desenvolveu de forma paralela nos segmentos industriais emergentes, com destaque para o setor têxtil, até então, o mais adiantado (LEME, 1978).

Em 1928, com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e, subsequentemente, com a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), tendo à frente Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen, a classe capitalista industrial pela primeira vez se organiza não mais de forma segmentada, mas num ensaio de frente única de representação de classe. Verdade também que a existência de tal organização não significou a homogeneização (imediate, pelo menos) da importância econômica das diferentes atividades produtivas desses segmentos, tampouco da pauta de reivindicações e prioridades por elas apresentada. Ainda assim, o complexo FIESP/CIESP se tornaria importante *locus* de organização de interesses do empresariado industrial, assim como arena de construção de liderança política e elaboração intelectual (CARONE, 1977; LEME, 1978).

O Estado que emerge no Brasil, na esteira da crise de hegemonia de 1930, crescerá de tamanho e atribuições na medida em que também introjetou tanto grupos e classes sociais antagônicos quanto as lutas e contendas trazidas por elas, seus conjuntos ideacionais e seus projetos pretensamente hegemônicos em flagrante estágio de elaboração. No caso específico dos segmentos industriais, é importante sublinhar a presença de três dessas arenas decisórias estatais: A Comissão de Política Industrial e Comercial (CNPIC); o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE); e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Essas instâncias estatais abrigarão nomes como o de João Daudt D’Oliveira, Américo Werneck, Jorge Street, Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen, Azevedo do Amaral, entre outros. Esses espaços não servirão apenas de lugar para a verbalização e divulgação das ideias industrialistas, como o próprio momento de elaboração e desenvolvimento dessas próprias ideias, mas também de ação política, enquanto grupo de pressão junto ao governo, em relação ao processo de decisão de política econômica (GOMES, 1979; DRAIBE, 1985).

A literatura especializada converge na identificação de Roberto Simonsen como principal liderança intelectual e política no interior da classe capitalista industrial em prol da luta pela industrialização (LUZ, 1961; LEME, 1978; CARONE, 1982). Dessa forma, para os objetivos deste artigo, a ação e pensamento de Simonsen serão interpretados a partir da ideia de intelectual orgânico, na forma como Gramsci (1977) a concebera. O conjunto das ideias de Simonsen, que formam esse projeto pretensamente hegemônico<sup>4</sup>, com coerência e consistência, não é algo uniforme na apresentação da sua obra, mas sim resultado de processo de elaboração intelectual desenvolvido no decorrer de dezesseis anos de artigos publicados, discursos proferidos e cursos ministrados, levando em conta que Simonsen foi catedrático de História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política – instituição que ele próprio ajudou a idealizar e construir (VIEIRA, 1987; CEPÊDA, 2004).

---

<sup>4</sup> Em termos gerais, a ideia de hegemonia em Gramsci compreende um estágio da afirmação da ideologia dominante em que uma certa hierarquia de prioridades e um entendimento sistemático e interpretativo do mundo são assumidos e aceitos pelo conjunto social (compreendido pela concepção integral de Estado, a sociedade política e a sociedade civil) enquanto universais, sendo que tal cultura e mentalidade são concretamente de uma classe ou fração de classe (GRAMSCI, 1978a: 40; 49-54).

Dentro desse contexto é que se analisa o ensaio “Recursos econômicos e movimentos das populações”, publicado em 1940, na Revista Brasileira de Estatística e, em 1943, na coletânea Ensaios sociais, políticos e econômicos; o texto é a transcrição de um trabalho apresentado por Simonsen no oitavo Congresso Científico Americano de Washington, realizado de 10 a 15 de maio de 1940.

Uma análise contextual e aprofundada do referido ensaio é praticamente inexistente na produção bibliográfica da História do Brasil e mesmo das Ciências Sociais, seja relacionando-o ao conjunto da obra simonseana, seja considerando-o no quadro real das migrações internas do período, ainda que se observe a importância tanto desse ensaio quanto da análise que dele pretendemos fazer. Da literatura atualizada, destaca-se, apenas que de maneira marginal, o trabalho de Curi (2014), que elenca o assunto, anotando que, na obra de Simonsen, o movimento de população está diretamente atrelado aos recursos econômicos.

Considerando essa ordem de ideias o artigo se organiza em três grandes partes. A primeira discute os conceitos fundamentais e a problemática trazida pela migração no Brasil no período em que floresceu o pensamento de Simonsen, além de certas consequências históricas da urbanização e industrialização. Em um segundo momento, se apresenta o pensamento industrialista de Roberto Simonsen, em um movimento analítico de contextualização de “Recursos econômicos e movimentos das populações”. Por último, apresenta uma análise das ideias trazidas pelo autor no ensaio, sob um olhar interpretativo, contextualizando o texto em seu tempo histórico. A conclusão indica que o pertinente ensaio do autor, dentro de um contexto de pensamento industrialista, evidenciou a importância da questão das migrações enquanto política de Estado, assim como a defesa de Simonsen por uma política de migração planejada. Os temas apontados pelo autor são necessários, sobretudo, para a melhora na qualidade de vida e consequente desenvolvimento econômico, social e político.

### **1. Migrações: uma questão Economia Política**

No eixo da história, verifica-se que, por exemplo, com o advento da Revolução Industrial, o “êxodo rural”, ocasionado pela política de cercamentos na Inglaterra, transferiu mão de obra do campo para a nascente indústria, concentrando população nas cidades. De

acordo com Hobsbawm (1997), migrações podem ocupar um lugar importante na gestão da produção capitalista, considerando que elas seriam responsáveis por corrigir desequilíbrios econômicos (número de habitantes e recursos econômicos) – o autor se apoia no caso de migração indígena entre campo e cidade no Peru, no período 1900-1930. Outro exemplo de migração provocada por busca de melhores condições de vida foi aquele provocado pelo *boom* de prosperidade econômica no após a II Guerra Mundial, induzindo ao crescimento das cidades e a industrialização, na Itália e no Leste Europeu<sup>5</sup>.

Discutindo os efeitos desastrosos da migração interna dentro de antigas colônias britânicas, Hobsbawm ainda mostra como a coroa inglesa persuadiu os governos coloniais a regulamentarem relações de trabalho e a estabelecerem direitos trabalhistas<sup>6</sup>, face ao “caos migratório”.

Esses e outros fatos reforçam a ideia de que processos migratórios estão na base da formação de sociedades capitalistas (SINGER, 1973), uma vez que migrações internas constituem deslocamentos orientados por diversas causas e motivações. No escopo da interpretação econômica, consideram-se as causas sempre de matriz estruturais, “deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos” (SINGER, 1973: 51); no entanto, a interpretação sociológica leva em consideração os sentidos da ação dos sujeitos na busca pela melhora de vida (DURHAM, 1973; MACIEL, 2013). Ambas as expressões econômicas e sociológicas dependem das relações desenvolvidas por meio do trabalho, uma vez que os ciclos econômicos orientaram deslocamentos migratórios e suas variantes durante toda história (BALÁN, 1974; MARTINE, 1990; BRITO, 2006; BAENINGER, 2012).

---

<sup>5</sup> “O grande *boom* da Era de Ouro foi alimentado não apenas pela mão-de-obra dos ex-desempregados, mas por vastos fluxos de migração interna - do campo para a cidade [...] de regiões mais pobres para outras mais ricas. Assim, os sulistas italianos inundaram as fábricas da Lombardia e do Piemonte, e 400 mil camponeses meeiros toscanos deixaram suas terras em vinte anos. A industrialização do Leste Europeu foi em essência um desses movimentos de migração em massa” (HOBSBAWM, 1997: 271).

<sup>6</sup> “Só a África Central e Setentrional ainda continuava calma, embora mesmo ali os anos da Depressão provocassem as primeiras greves trabalhistas em massa após 1935, começando no cinturão do cobre centro-africano, e Londres passasse a exortar os governos coloniais a criar ministérios de Trabalho, tomar medidas para melhorar as condições dos trabalhadores e estabilizar as forças do trabalho, reconhecendo o sistema corrente de migração de homens do campo para as minas como social e politicamente desestabilizador.” (HOBSBAWM, 1997: 213)

Costa (1975) demonstrou que no Brasil a união entre migração interna e a economia capitalista industrial foi “um poderoso elemento na emergência de um sistema urbano nacional e de conseqüente aumento das economias de escala e de aglomeração” (COSTA, 1975: 176-177). Roberto Simonsen (1943), em seu pioneirismo, introduziu o debate no cenário científico a partir de dados demográficos – discussão apenas consolidada quase quarenta anos depois com o advento dos estudos de população no nível universitário no Brasil. A Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) é estabelecida em 1977.

Simonsen (1943), apresenta que as migrações internas, quando não decorrentes de processos conflituosos (ou guerras), são ocasionadas por razões econômicas. Segundo sua visão, os recursos econômicos quando escassos e os desequilíbrios demográficos (crescimento vegetativo maior que os meios de subsistência) colocam a população em movimento.

Neste sentido, o autor parece dialogar com os estudos clássicos do tema. Ravenstein, (1885) em “As leis das Migrações”, acerca de fluxos internos e internacionais na Inglaterra, colocava que, frente às condições objetivas, determinadas regiões expulsam e outras atraem população. Os deslocamentos se davam em direção aos centros manufatureiros e comerciais, porém a maior parte das migrações ainda eram de curta distância e realizada por mulheres, a razão mais imediata era a melhoria da condição de transporte. No entanto, a mais importante constatação do autor era que os fatores econômicos eram predominantes nas causas migratórias.

A migração, como mudança permanente de residência, envolve necessariamente um local de origem e outro de destino, além de certos obstáculos intervenientes, que deveriam ser superados pelo migrante. No entanto, diferentemente de Ravenstein (1885), a escolha de Simonsen (1943) será pela demonstração da possibilidade da migração interna, estimulada por decisões políticas, e não particulares ou individuais, tal como levantaremos na terceira seção.

No ensaio “Recursos econômicos e movimentos das populações”, Simonsen esclarece que, no Brasil e na América, os deslocamentos populacionais eram praticados desde a fase pré-colombiana, pois os indígenas, não sedentarizados, estavam sempre em busca de novos recursos. Assim, não foi diferente pós-colonização: a população quando necessário continuou em movimento, pouco orientado por políticas de Estado.



Simonsen (1943) destaca que em todos os ciclos econômicos foram identificados movimentos populacionais. O autor, então, opta por trabalhar os ciclos econômicos vinculados ao “gado, açúcar e mineração” e à “borracha e café”, já aproximado de seu tempo histórico. No ciclo do “gado, açúcar e café”, foi elevado o número dos colonos portugueses que, então, migraram para o Brasil para viver das atividades e proventos derivados do açúcar ou “a existência de tão fartos recursos econômicos despertou a cobiça dos holandeses, que ocuparam durante 24 anos, a zona do Nordeste brasileiro” (SIMONSEN, 1943: 124). Porém, foi a criação de gado, para força motora do próprio engenho, alimentação dos colonos e transporte que possibilitaram a ocupação do interior ou o “sertão”.

No entanto, para Simonsen (1943), foi no “ciclo da borracha e café” que se registrou os maiores volumes de deslocamentos populacionais. Os nordestinos, por exemplo, migraram para a região do Amazonas para trabalhar no ciclo da borracha; a ocupação do Acre também se deve à presença desses migrantes. No caso desses trabalhadores, havia uma dificuldade evidente a ser superada, no que se refere à migração e ocupação de território, considerando que

boa parte da emigração no Nordeste é feita, porém, em caráter temporário, acentuando certos peritos, que o coeficiente de fixação do nordestino no sul do Brasil é talvez menor que a fixação do imigrante europeu! É isso uma consequência da profunda diferenciação do nível de vida, e, portanto, da cultura, entre essas e as populações dos meios mais adiantados de São Paulo. (SIMONSEN, 1943: 133).

No entanto, a preocupação emergente com a população e a classe trabalhadora aparece com maior força no ensaio de Simonsen (1943), com a fundação de São Paulo e o impulso econômico gerado pelo café. Com a extinção do trabalho escravo, em 1888, o fluxo, a princípio, de imigrantes subsidiados aumentou até a crise de 1929.

Baeninger (2012: 20), a partir dos dados dos Censos Demográficos, atesta que de 1872 a 1929 entraram no Brasil cerca de 4.107.793 migrantes internacionais, cujas nacionalidades eram: portuguesa, italiana, espanhola, alemã, japonesa, em ordem de importância numérica. O pico de entrada esteve entre os anos de 1890 e 1899 (1.198.327 imigrantes). No entanto, no que se refere à década de 1930, o número de entrada de

estrangeiros cai significativamente, de 846.647 mil, entre 1920 e 1929, para 332.768, entre os anos de 1930 e 1939 (BAENINGER, 2012: 25).

Inversamente as migrações internacionais, ainda segundo a pesquisadora (2012), às migrações internas, foi crescente no período pós-1930:

[...] de fato, a entrada de migrantes internos correspondeu apenas 10% das entradas entre 1900-1925, contabilizando em mais de um milhão a entrada de estrangeiros em São Paulo. **No período de 1926-1960 e entrada de migrantes internos no Estado chegou a 2,5 milhões de pessoas equivalendo** - em volume - ao fluxo da imigração internacional em massa do período de maior entrada (1890-1920, com 2,6 milhões de estrangeiros (BAENINGER, 2012: 27, grifos nossos).

O tipo migratório rural-urbano data desse período; estima-se que, nos anos 1940, os migrantes direcionados a São Paulo já assumiam cifra de 3 milhões de pessoas (BAENINGER, 2012). Tamanha magnitude do processo fez com que os historiadores Odair Cruz Paiva (2004) e Paulo Fontes (2008) chamassem a atenção para o verdadeiro nordeste que se constituiu em São Paulo; por ora, menosprezado pela representação oficial da cidade, “o Nordeste foi silenciado” (PAIVA, 2004: 21).

Postas essas reflexões gerais sobre o tema das migrações internas, o exame da obra e pensamento de Roberto Simonsen e, a subseqüentemente, análise do ensaio de “Recursos econômicos e movimentos das populações”, colabora para uma melhor compreensão do processo e debate das migrações no Brasil do início do século XX.

## 2. O pensamento industrialista e a obra de Roberto Simonsen

A literatura especializada aponta três etapas na elaboração intelectual<sup>7</sup> da obra simonseana. A primeira compreende as publicações no período 1912-1928 e considera

---

<sup>7</sup> Por “elaboração intelectual” aduzimos a ideia presente na obra de Antonio Gramsci e que faz menção à eliminação das contradições internas e incoerências presentes no interior do conjunto ideológico de um grupo ou classe social. Esse processo, que significa a superação da consciência “compósita”, significa a transição entre o senso comum (consciência contraditória e incoerente, que é o terreno da predominância das paixões) e o bom senso (consciência consistente, coerente e coesa, identificada com a filosofia). Posto que o bom senso reside no próprio “núcleo sadio” do senso comum, tal processo, portanto, decorrerá a partir de duas linhas de força: (I) das próprias vivências, conhecimentos e experiências dos integrantes da classe ou grupo social; (II) da evolução dessas consciências em direção ao bom senso decorrente da educação política por meio da *práxis*. A superação do senso comum em direção ao bom senso, de acordo com Gramsci, é tarefa por excelência do intelectual orgânico, enquanto incentivador e organizador desse processo (GRAMSCI, 1978b: 16). Não é objetivo do artigo medir o quanto a obra de Simonsen conseguiu (ou não) promover elaboração intelectual no

textos que, apesar de sua natureza mais técnica da área de engenharia – formação acadêmica de Simonsen –, já discutem o tema da racionalização do trabalho. Nesse sentido, é fundamental sublinhar a presença do texto mais importante desse período: “O trabalho moderno”, de 1919, em que Simonsen aborda a organização racional do trabalho (taylorismo) com o aumento da produtividade industrial e um possível melhoramento das condições de vida tanto do trabalhador quanto em relação ao atendimento de demandas sociais em geral, considerando tal forma de organização do trabalho.

A segunda fase se inicia com “Orientação industrial brasileira”, texto de 1928 que se consistiu a versão transcrita de discurso proferido na solenidade inaugural do CIESP, no qual Simonsen defende pela primeira vez a industrialização como tema de primeira relevância, não mais como uma atividade a reboque da agricultura. É necessário lembrar com Carone (1977: 18) que, até o início da década de 1930, era questionado se no Brasil deveriam ser incentivadas e fomentadas indústrias “artificiais” ou indústrias “naturais”. Pelas “naturais” se entendiam aquelas com matérias-primas encontradas no país e em ampla disposição; o contrário disso eram as denominadas indústrias “artificiais”.

Um exemplo importante é o da indústria de sacaria. A produção de sacas de algodão era considerada uma indústria “natural” posto que utilizava da produção algodoeira paulista. Em contraposição, era considerada indústria “artificial” a indústria da sacaria de juta, posto que nesse caso trata-se de matéria-prima importada. Carone (1977) salienta que tal entendimento não isenta de crítica a indústria de transformação algodoeira. Além da alegação de que a sacaria nacional é de pior qualidade em relação à importada, também desviaria para o espaço urbano-industrial a mão de obra então empenhada na atividade agrícola, provocando desvios de fatores de produção (CARONE, 1977).

A presença dessa questão mostra a subordinação da indústria em relação à agricultura e nos dá a dimensão do quanto a luta pela industrialização consistiu – em termos gramscianos – em luta pela hegemonia: o propósito é pela industrialização enquanto objetivo maior, independente de outras pré-disposições. Nessa direção é que Simonsen

---

interior dos segmentos industrialistas, mas, sim, dar conta de que a obra simonseana percorreu um caminho de elaboração, ainda que apresente uma unidade de ideias; e que a construção de hegemonia nesses segmentos tem conexão com esse mesmo processo.

argumentará que a indústria tem a capacidade de elevar a renda nacional e, com isso, dar condições para a superação do atraso econômico e da pobreza.

Certamente o texto “Orientação industrial brasileira” foi o primeiro passo na direção da superação dessa subalternidade e por isso abre a segunda fase da obra de Simonsen. A elaboração intelectual na obra e pensamento do autor nessa segunda fase será caminho percorrido a partir de duas linhas de força: a afirmação progressiva da indústria frente à agricultura e a elaboração e afirmação de uma proposta metódica de planejamento econômico, com fins de proteção à indústria nacional e à via acelerada de seu desenvolvimento. Num segundo passo nessa direção, Simonsen aprofunda essa convicção, somada a uma missão civilizatória a ser cumprida pela indústria, no texto “As finanças e a indústria”, de 1934 (SIMONSEN, 1934).

Também em “As finanças e a indústria” aparece um importante componente no pensamento simonseano: a presença do fordismo como modelo de organização do trabalho e da produção, mas que extravasa essa dimensão e arroga uma forma de organização da própria vida social e econômica mais ampla. O aumento da riqueza, decorrente da adoção da racionalização do trabalho, somada à máxima fordista de “homens caros, mercadorias baratas”, levaria não apenas à “supercapitalização” da economia do país, como também – e principalmente – à melhora geral das condições de vida das classes laboriosas.

Foram todos esses aperfeiçoamentos que permitiram a política dos altos salários, estando victoriosa a opinião entre os chefes da indústria americana que os salários altos e o número reduzido de horas de trabalho são necessários para aumentar o poder de consumo das massas operárias. [...], mas é a política de Henry Ford que fornece um verdadeiro padrão dessa nova mentalidade (SIMONSEN, 1934: 227).

Outro ponto importante a se destacar aqui é o papel do Estado, posto que é peça fundamental da segunda linha de força desenvolvida na segunda etapa da obra do autor, apontada alhures, relacionada à defesa do planejamento econômico. Verifica-se, entre os industriais desse período e dos subsequentes, certa indefinição em relação ao papel do Estado: requerem-no a título de proteção contra a concorrência estrangeira, ao passo que tentam se preservar enquanto “liberais”, rejeitando – como que “por princípio” – a intervenção estatal.

Com relação a esse comportamento ambíguo da classe industrial, Cardoso (1964: 133-136) delimita dois tipos sociais dentro desse conjunto: Os “capitães de indústria”, formado pelo empresariado tradicional, apresenta comportamento transitório entre comércio e indústria, e operando principalmente a partir do autofinanciamento; e os “homens de empresa”, apresentam uma formação técnica melhor, de modo que adotam métodos racionais e científicos de administração, e são menos refratários ao financiamento bancário. “Homens de empresa”, diferentes dos “capitães de indústria”, já estão mais distantes das tradicionais ambiguidades que acompanham os industriais na concepção do que deveria ser o Estado e suas funções no campo econômico: compreendem a necessidade de um planejamento estatal, ainda que numa economia de mercado, e consideram a própria industrialização como uma questão nacional (CARDOSO, 1964).

Considerando que Cardoso aponta o surgimento desse segundo tipo social apenas em meados da década de 1950, pode-se então compreender como a obra e pensamento de Roberto Simonsen significaram um importante adiantamento dessa mentalidade. Embora esse entendimento estivesse nas entrelinhas de “Orientação industrial brasileira e de “As finanças e a indústria”, pode-se dizer, entretanto, que já estava presente, de forma clara e expressa, em texto “As crises no Brasil” de 1930:

A prosperidade americana era um dogma. Citava-se a cada passo o prodigioso crescimento da industria, do commercio e das finanças americanas. A Bolsa de New York tinha ultrapassado, porém, esse já acelerado rythmo de actividades, descontando os beneficios futuros. E o ‘crack’ de Wall Street, veiu demonstrar e desenvolver o estado de crise que os Estados Unidos, com todo o seu aparelhamento financeiro e administrativo, procuravam evitar. E a nação que até 1929 estava em prosperidade passou, immediatamente, a soffrer grande depressão, augmentada pela solidariedade econômica internacional (SIMONSEN, 1930: 14).

Posta a crise nesses termos, Simonsen afirma, então, que ela se propaga na economia interna principalmente a partir do profundo desequilíbrio externo transmitido por dois principais mecanismos: o padrão-ouro ainda vigente e o estrangulamento das exportações, que tinham no café o artigo preponderante. Aqui o autor já é coerente com o que deva ser o papel ativo do Estado na ação de contenção da crise e defende o fim da

política de valorização do café – ainda apontando a superprodução do grão como fator agravante (SIMONSEN, 1930: 141-143).

Entretanto, em “As crises no Brasil”, a proposta de Simonsen contra a crise ainda é adstrita principalmente ao âmbito tributário e financeiro e não desenvolve, nesse momento, uma proposta de política industrializante mais agressiva. Esse desenvolvimento, assim como a construção de um projeto de industrialização que se confunde com o próprio projeto de nação, é objeto de longa elaboração intelectual na obra e pensamento do autor.

Não é objetivo um mapeamento detalhado desse processo, mas apenas parece pertinente assinalar que o tema do Estado passaria a contornos mais nítidos na sua produção a partir de três textos: “Rumo à verdade (1933), “Aspectos da política econômica nacional” (1935), e “A indústria em face da economia nacional” (1937). Aqui Simonsen avança em dois pontos importantes: o tratamento do dilema entre presença do Estado *versus* liberdade individual e a entrada da obra de Friedrich List nesse conjunto ideacional e imaginativo, fundamentalmente em relação a tanto uma teoria do Estado quanto a uma teoria do protecionismo.

Frederic List e os de sua escola também reagiram contra aquele conceito, fazendo aparecer nas relações da economia política a existência de nações, individualmente distintas, provenientes de um processo determinado de formação histórica. Combatem também o excesso de materialismo dos clássicos que atribuem somente o progresso ao desenvolvimento econômico, abstahindo da existência de outros fins elevados da sociedade (SIMONSEN, 1935: 8-9).

A obra de F. W. List significou, no campo da Economia Política, a primeira vertente a se opor aos postulados, proposições e propostas da Economia Clássica e, conseqüentemente, do liberalismo econômico ortodoxo. Em seu livro de 1855, “Sistema nacional de economia política”, o autor argumenta que cada economia nacional possui características que lhe são próprias, fato que coloca dúvida nas pretensões generalizantes e dedutivas da escola liberal clássica identificada imediatamente com os trabalhos de Adam Smith e David Ricardo na Inglaterra e de J. B. Say na França. Porque as economias dos países apresentam diferentes trajetórias de formação dos seus mercados e fatores de produção é que também as condições de competição de suas indústrias são desiguais, e

sempre inferior a vanguarda industrial da época, a Inglaterra<sup>8</sup>. Dessa forma, List defende o protecionismo como meio desses países atingirem condições satisfatórias de concorrência no mercado internacional de bens industrializados<sup>9</sup>.

Com isso em vista, não nos parece redundante a defesa arguida por Simonsen em prol de uma política protecionista, ainda que se verificasse a presença tanto de tarifas aduaneiras quanto de indústrias que nasceram e se desenvolveram à sombra da presença de barreiras alfandegárias. A defesa de Simonsen passa a ser – e com mais intensidade no descortinar da terceira fase da obra – por uma política protecionista consistente a esse objetivo e, nessa meta, é evidente a influência de List no pensamento do autor.<sup>10</sup> Isto posto, o protecionismo se torna a única saída viável para industrialização e a superação do atraso<sup>11</sup>.

Uma segunda influência na obra de Simonsen consiste na doutrina do corporativismo. Aqui a fonte é o livro “O século do corporativismo”, de 1938, do economista e político romeno Mikhail Manoilescu, o qual definiu o corporativismo como “doutrina da organização funcional da nação, enquanto as corporações são órgãos que

---

<sup>8</sup> “A Escola elaborou sua concepção de natureza e do caráter do mercado somente do ponto de vista cosmopolítico, omitindo o ponto de vista político. A maior parte dos países marítimos do continente europeu estão localizados dentro da área do mercado dos manufatores de Londres, Liverpool ou Manchester; são muito poucos os manufatores internos de outras nações que podem, em regime de liberdade de comércio, manter em seus próprios portos marítimos os mesmos preços que os fabricantes ingleses.”(LIST, 1988: 130)

<sup>9</sup> “A posse de um capital maior de um mercado interno maior - que lhes possibilita manufaturar em maior escala e conseqüentemente a preços mais baixos - , o progresso maior na própria manufatura e, finalmente, o transporte marítimo mais barato, confere , no momento, aos manufatores de outros países, vantagens essas que só gradualmente podem ser canalizadas para indústria interna desses outros países, vantagens essas que só gradualmente podem ser canalizadas para a indústria interna desses outros países, **por uma prolongada e contínua proteção, de seu mercado interno**, e pelo aperfeiçoamento de seus meios de transporte interno” (LIST, 1988: 130 - grifos nossos)

<sup>10</sup> A literatura especializada também assinala a importância exercida por Manoilescu no ideário protecionista econômico de Roberto Simonsen, a partir do livro *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*. Ver Gomes (2012: 190), e Bielschowsky (2004).

<sup>11</sup> Apesar disso, é necessário salientar que o próprio List não considerou sensata, em sua época, a possibilidade adoção do protecionismo em países de “clima quente”, como o autor denominou: “... a teoria do livre comércio encontrará acolhida na Espanha, em Portugal, em Nápoles , na Turquia, no Egito, e em todos os países de clima quente. Em países como esses, não mais se defenderá então a insensata ideia de pretender estabelecer (no atual estágio cultural em que se encontram) uma força manufatureira própria recorrendo ao sistema protecionista.” (LIST, 1988: 131). É evidente, da passagem do original, uma breve, mas importante, distorção da obra listiana no pensamento industrialista. Levando em conta que List menciona o “atual estágio cultural em que se encontram” como uma das causas que impedem a industrialização dessa periferia, então pode-se supor, de forma razoável, que a distorção é consciente, posto que Roberto Simonsen e os industriais paulistas reconheciam o obstáculo representado pelo atraso educacional e cultural ao processo de industrialização.

executam essas funções” (MANOILESCO, 1938: 50). Dois são os desdobramentos da doutrina corporativista na obra simonseana: primeiramente, na ponderação que Simonsen faz entre liberdades individuais e necessidades sociais – tema que foi objeto de longa elaboração intelectual no decorrer da segunda fase da obra; em segundo lugar e somado aos benefícios que Simonsen advoga pelo taylorismo/fordismo e a organização racional do trabalho (CAETANO, 1994: 276; MAZZA, 2004: 92-93), o corporativismo se conecta intimamente à defesa que Simonsen faz em nome da “paz social” enquanto princípio coesivo e integrador da sociedade<sup>12</sup>.

Outro aspecto importante na obra simonseana é a preocupação em relação às condições gerais de vida da sociedade nas diferentes classes sociais, preocupação especialmente atenta às camadas mais pobres. Nesse ínterim é que se afirmam duas ideias basilares do projeto simonseano: a primeira é a necessidade do próprio aumento da renda nacional, argumento esse que aparecerá com maior relevo na controvérsia com Gudin, mas que já aparece em “Níveis de vida e a economia nacional”, texto de 1940 que consiste na transcrição de seu discurso na “Semana de Ação Social” daquele ano.

O problema do salário está indissolavelmente ligado ao problema da produção. Todos ansiamos patrões e empregados do Brasil - para que se estabeleça aqui uma justa remuneração do trabalho, para que todos possam viver a uma vida digna a que se refere o santo Para Leão XIII em sua imorredoura “Rerum Novarum”. Mas se a retribuição do homem é fixada em grande parte pela própria produção; se esta é de pequeno valor em relação ao volume de mão de obra disponível, como obter um elevado quociente, se o divisor é fraco e o dividendo cresce continuamente? (SIMONSEN, 1943: 166).

O segundo ponto estaria na elevação cultural e na educação do povo, uma vez que Simonsen afirma que a situação de pauperismo pode também ocorrer decorrente da própria inépcia e comportamento pródigo do assalariado com o próprio rendimento. Apesar da simplicidade do argumento, é o início da construção do tema da educação na obra simonseana, tema esse que atingirá primeira importância (SIMONSEN, 1943: 160).

---

<sup>12</sup> A par com essa concepção organicista da sociedade, Lenharo (1985: 14-15) acentua que no pensamento industrialista do período – marcadamente, também em Simonsen – o catolicismo social também desempenha função importante na ideia de “paz social” e na conciliação de classes. A conexão do autor com a doutrina social cristã está evidente de forma mais sintética no discurso realizado na FIESP em 1937 e transcrito em *A Imagem de Cristo* (SIMONSEN, 1943: 260-262).



Essa é a porta pela qual a questão migratória entrará no pensamento simonseano e ocupará lugar relevante em sua obra e em seu projeto de desenvolvimento social e econômico.

A questão já está posta em “Níveis de vida e a economia nacional”, mas será desenvolvida em texto também de 1940, “Recursos econômicos e movimento das populações”. Ademais, não é gratuito que ainda em “Níveis de vida e a economia nacional” Simonsen tenha colocado em exposição o Projeto SENAFI – antecessor imediato do SENAI e instituições que desdobraram dessa iniciativa, como o SESI e o conjunto do Sistema “S”. Tal iniciativa foi de importância basilar por se tratar de programa integrador, formativo e educativo das famílias componentes da mão de obra fabril (LEME, 1978: 155).

A entrada da educação no conjunto de direitos sociais e num ambiente necessariamente democrático é concepção que também evoluiu gradativamente na obra simonseana, cujos últimos contornos se dão a partir da terceira fase. Como marcação inicial dessa fase, o texto de 1943: “Alguns aspectos da política econômica mais convenientes ao Brasil no período de após Guerra”<sup>13</sup>, conforme citado por Cepêda (2004: 159), parece-nos relevante; e seguimos ainda o entendimento da autora, é nesse texto de 1943, que Simonsen dá contornos definitivos ao seu projeto nacionalista, inclusive ao discutir a inserção do Brasil no mundo após a II Guerra Mundial (CEPÊDA, 2004: 309). Outrossim, concordamos ainda que, no momento em que Simonsen divulga sua crítica contumaz ao Plano Marshall<sup>14</sup>, somado aos textos em que defende o protecionismo e planejamento estatal, teria então o autor antecipado o núcleo consistente do pensamento cepalino, que se apresentaria apenas no “Manifesto dos periféricos” de 1949, em que a tese da tendência da

---

<sup>13</sup> É útil destacar que tal marcação seja objeto de controvérsia na literatura especializada. É útil citar também que Vieira (1987: 66-68) considere “Evolução Industrial no Brasil”, texto de 1939, como passagem da segunda para a terceira fase da obra, em face de que Simonsen arvoraria análises pretensamente estruturais e de conjunto, não mais a defesa da industrialização e da organização racional da produção a partir de análises tópicas e de momento. Rompatto (2004: 40), por outro lado, atribui essa passagem a texto de 1937, “A Indústria Em Face Da Economia Nacional”, por lá já estar presente uma mudança mais afirmativa de Simonsen em relação ao papel do Estado na economia.

<sup>14</sup> Plano Marshall consistiu num programa de ajuda financeira para a reindustrialização e reconstrução de países europeus do bloco capitalista após a II Guerra Mundial, cujo financiamento obteve nos Estados Unidos seu principal fiador, tendo sido proposto pelo poder executivo desse país e aprovado em Parlamento. Combinada com a chamada Doutrina Truman, o Plano visou conter o avanço do bloco socialista na Europa e é um dos marcos de início da Guerra Fria (BURNS, 1971: 972-973). Por se tratar de um plano de reindustrialização para a Europa, Simonsen afirma que o Plano recolocaria o Brasil e a América Latina de volta na sua antiga função agro-exportadora dentro da divisão internacional do trabalho. (SIMONSEN, s/d)

deterioração dos termos de troca internacionais, se apresenta como condição *sine qua non* do subdesenvolvimento (CEPÊDA, 2004: 322-323).

A terceira fase da sua obra ainda coincide com os congressos representativos da classe industrial – I Congresso Brasileiro de Economia, em 1943; Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944; e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), em 1945 – e com a célebre “Controvérsia” do Planejamento Econômico, travada com Eugênio Gudín na Comissão de Planejamento Econômico (VON DOELLINGER: 1977; CARONE, 1982; AQUINO, 2011).

A “Controvérsia” é desencadeada pelo relatório da Comissão Nacional de Planejamento Industrial e Comercial (CNPIC), elaborado por Simonsen e submetido aos cuidados da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) – presidida por Gudín. Consiste ainda no parecer de Gudín ao relatório pela CPE, um terceiro documento com a réplica de Simonsen e, finalmente, uma tréplica de Gudín. Ambas as Comissões estavam subordinadas diretamente à Presidência da República, alocando grupos políticos muito distintos (industrialistas x liberais-ortodoxos).

Simonsen, consoante ao conjunto de sua obra, diagnosticou na pobreza o principal problema presente na economia brasileira. Isto posto, recomendou a quadruplicação da renda nacional (SIMONSEN; GUDIN, 1977: 32), apoiando-se em estudo realizado pelo Ministério do Trabalho (SIMONSEN; GUDIN, 1977: 23), o qual (compreendendo a renda nacional enquanto poder de compra e capacidade de consumo a partir da média de rendimentos) “Encontrou cerca de 40 bilhões de cruzeiros, o que traduz uma renda, por habitante, 25 vezes menor do que nos Estados Unidos” (SIMONSEN; GUDIN, 1977: 24). Simonsen apontou ainda que no Brasil não são os preços que são altos, mas sim os salários que são baixos (SIMONSEN; GUDIN, 1977: 24-26), apontando com causa não apenas obstáculos na produtividade, como também os fortes desequilíbrios no comércio exterior do país. Apoiado no relatório da Missão Cooke de 1942, Simonsen defendeu a industrialização planejada enquanto política pública, assim como um protecionismo cientificamente elaborado e implementado com esse fim (SIMONSEN; GUDIN, 1977: 26-28).

Existe uma convergência na literatura especializada a situar Gudín no campo da ortodoxia liberal, assim como a influência de Hayek, Viner e Harbeler na obra gudiniana (BIELSCHOWSKY, 2004; ABRAÃO, 1998; ROCHA, 2008; BORGES, 1996). Dessa

forma, Gudin foi contrário à ideia de planejamento tal como Simonsen a concebera; argumentou contundentemente que se tratava do capitalismo de um “método” de alocação de recursos e que, por isso, o sistema econômico sob sua organização tenderia sempre ao equilíbrio, ainda que admita crises ocasionais ou mesmo periódicas (GUDIN, 1936: 27-29).

No seu parecer da CPE contra Simonsen e o CNPIC, Gudin afirmou que o planejamento como concebido no relatório seria danoso à economia do país por contrariar e limitar a livre-concorrência. Defendeu que a industrialização seria necessária, mas numa chave expressamente ricardiana: advogou a abertura econômica, somada à diversidade da pauta agrícola de exportações e, com isso, uma capitalização da economia interna a partir da exportação de produtos com vantagem comparativa (agro-exportação). Ademais, Gudin faz uma crítica importante ao cálculo de Simonsen e do Ministério do Trabalho sobre a renda nacional, além de afirmar que o planejamento econômico – tal como na proposta em que se apresentava – desviaria fatores de produção já empregados, posto que a mão de obra no país se apresentava em condições de pleno emprego sazonal (SIMONSEN; GUDIN, 1977: 57-61),

Por ser caro ao tema das migrações internas, prestaremos maior atenção à tese do pleno emprego sazonal, peça importante do argumento de Gudin contra o planejamento econômico e todo um projeto nacional defendido por Simonsen. Em 1949, em discurso para formandos da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, a ideia aparece novamente e com melhor elaboração:

Surgem então as mais exdrúxulas panacéias para a cura da inflação. A mais comum [...] é a que recomenda não a paralisação do aumento dos meios de pagamento e sim, ao contrário, a expansão de crédito “*para aumentar a produção*”!

Como se inflação já não fosse sinônimo de pleno emprego dos fatores de produção, aqui como em toda parte. A alta de salários, preços, taxas de juros etc. já é de si indicação barométrica de que a procura dos fatores de produção excede a oferta, isto é, de que o pleno emprego foi atingido e ultrapassado. (GUDIN, s/d: 23).

Apesar da superioridade técnica dos argumentos de Gudin, é ausente em seus textos da “Controvérsia” uma proposição mais firme acerca dos caminhos a serem trilhados pelo Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial; recomendou o economista fluminense apenas que

fossem elaborados estudos mais precisos sobre o quadro econômico real do país. Possivelmente esse fato, somado com uma grande mobilização industrialista anterior, é o que deu a Simonsen uma vitória política na “Controvérsia”, fato que as décadas de 1950/60 ensaiariam – na acertada expressão de Bielschowsky – “o ciclo ideológico do desenvolvimentismo”.

### **3. Recursos econômicos e o movimento das populações: A migração interna planejada**

O ensaio “Recursos econômicos e movimentos das populações”, de Roberto Simonsen, foi escrito em 1940 para apresentação no Congresso Científico Americano, o autor foi convidado pela Junta executiva Central do Conselho Nacional de Estatísticas do Rio Janeiro para participar do evento realizado de 10 a 18 de maio de 1940 em Washington, nos Estados Unidos, o texto foi publicado na “Revista Brasileira de Estatística” ainda em 1940, e na coletânea do próprio autor “Ensaio sociais, políticos e econômicos”, em 1943. Como nunca houvera um estudo propositivo que compreendesse de forma vertical e tão íntima a questão da migração interna no Brasil, possivelmente esse foi o único trabalho de um economista brasileiro ainda na primeira metade do século XX a defender uma política migratória a partir do planejamento e intervenção direta do Estado.

O ensaio está organizado em alguns tópicos: inicia-se por meio do debate sobre “A condição brasileira”, seguido por “As migrações no passado e recursos econômicos”, “Gado, açúcar e mineração”, “O café, a borracha e o Nordeste”, “A fundação de São Paulo”, “O café em São Paulo e os movimentos de sua população”, “Rio Grande do Sul”, “Níveis de vida no Brasil”, “Conclusões brasileiras”. Na penúltima parte do ensaio, mesmo após a conclusão inicial do trabalho, o autor abre duas novas seções intituladas “Migração Planificada” e “Recursos econômicos e política panamericana de migrações, é nesse momento que defende, certamente, sua principal e propositiva tese das migrações planejadas. O “pan-americanista” de Simonsen, era imaginado como “uma grande união econômica das Américas, focando especialmente a colaboração Brasil/Estados Unidos” (SILVA, 2010: 36).

Simonsen, assume uma perspectiva positiva em relação aos processos migratórios no desenvolvimento econômico, essa postura é coroada pela seguinte citação: “as

migrações internas e intracontinentais podem contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos econômicos universais e para consequente melhoria da evolução humana (SIMONSEN, 1943: 124).

É interessante a percepção do autor, em consonância com as medidas imigratórias adotadas pelo Brasil ainda no século XIX, pois, em função da proibição do tráfico negreiro (1850) e a abolição da escravidão (1888), a opção pela migração, com demasiada seletividade, parecia aceitável dentro de um quadro de escassez de mão de obra e da política de embranquecimento da raça (SEYFERTH, 2002). “O ideal do trabalhador imigrante era balizado pela raça branca e pela cultura europeia, em particular pela exaltação dos benefícios derivados de uma organização societária a partir do trabalho livre” (VILLEN, 2015: 127).

Em razão desse contexto, Simonsen apresenta a preocupação com os fortes desequilíbrios econômicos internos. Para o autor, os eixos econômicos, evidentemente, pautaram durante toda a história nacional o deslocamento de população. O Brasil, era então, interpretado como um país de extremos.

[...] fixa-se extensas e variadas escalas de agrupamento humanos. Aldeias de índios mansos que os missionários vão pacientemente civilizando; zonas em que vivem, isolados ou em grupos, muitos descendentes de colonos europeus e mestiços, em vida rudimentar; zonas em que se mantêm antigas fazendas ainda em verdadeiro estado patriarcal e de econômica quase autárquica; numerosas regiões em que há mais de cem anos não se verificam praticamente, novas imigrações, e cujas populações (provindas do cruzamento do branco e do índio, como nos sertões do Nordeste, ou do branco, do índio e do negro, como nos Estados da Baía (sic) e Pernambuco e nas costa do Nordeste, envolvem dentro de seus próprios recursos (SIMONSEN, 1943: 124).

O estado de São Paulo e Rio de Janeiro eram considerados centros de elevado e adiantamento da cultura. Desse modo, via uma análise de história social, Simonsen (1943) ponderou que as migrações internas estiveram presentes em diferentes tempos históricos do século XVI ao XIX, já no influxo da cultura do café. Na sua visão, elas eram resultantes das pressões demográficas e da fraca produtividade de algumas áreas. O país apresentava

uma incipiente rede de transporte, o que dificultava o desenvolvimento econômico e a integração nacional.

Como iniciativa de drenar mão de obra, em 1891, foi criada em São Paulo, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP); em 1907, após uma reforma o órgão, surgiram a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (subdividida em Seção Técnica e Seção de Expediente) – a Inspetoria de Imigrantes do Porto de Santos e a Hospedaria do Imigrantes na cidade de São Paulo são órgãos dessa diretoria. A cargo da SACOP estava a elaboração dos projetos de núcleos coloniais oficiais e o exame e fiscalização dos trabalhos de colonização particular; os incentivos à imigração japonesa fazem parte desse contexto. Em 1911, a Hospedaria do Imigrante seria reorganizada e, em 1914, a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos passou a ser subordinada ao Departamento Estadual do Trabalho (1914).

Concretamente, apenas a partir de 1935, a política migratória no Estado de São Paulo ganhou força com o retorno da subvenção estatal a empresas privadas para arrematação e transporte de trabalhadores para São Paulo. Em 1939, foi criada a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM), por meio do Decreto n. 10.344, de junho de 1939, no governo de Adhemar Pereira de Barros. É necessário atentar que a experiência da ITM não é discutida em “Recursos econômicos e movimentos das populações”, de forma que tal ausência no ensaio simonseano nos parece instigante e ainda requer investigação. Examinemos mais detidamente em que consistiu tal experiência.

Atendendo aos pedidos do secretário dos Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o objetivo do ITM estava em dar maior eficiência ao suprimento de braços para a lavoura e assistência ao imigrante. Entre as determinações do decreto destacam-se a seguintes medidas:

- a) executar e fiscalizar a aplicação da legislação estadual relativa à colonização, imigração, colocação e orientação aos trabalhadores agrícolas considerados de 1.º estabelecimento e aos agricultores procedentes do estrangeiro ou de outros Estados do país, e, também o que fôr delegado ao Estado nessas matérias, por meio de convênios ou acôrdos com o Governo Federal. (...)
- d) cooperar com as autoridades imigratórias do Governo Federal em serviços de imigração e colonização; de propriedade; [...]
- h) estudar os métodos de colonização mais apropriados as diferentes regiões do Estado; [...]
- q) **receber, identificar, hospedar, orientar, colocar, transportar e inspecionar os imigrantes e**

**trabalhadores agrícolas procedentes de outros Estados**, sempre no seu 1.º estabelecimento; [...] **t) visitar as propriedades agrícolas que solicitarem trabalhadores**; **u)** verificar a localização e as condições de trabalho dos imigrantes e trabalhadores agrícolas nacionais (São Paulo, Decreto n. 10.344, de junho de 1939).

Conforme destaca Paiva (2004), Tessari e Costa (2019) a migração se tornou um negócio bastante lucrativo para as empresas que mediarão o processo. A Cia Itaquerê, a Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) mantinham sócios e agências em áreas de possível deslocamento migratório, “assim, uma rede de agentes e subagentes, que ganhavam por indivíduo arregimentado, espalhados nos pontos de subconcentração” (TESSARI; COSTA, 2019: 531).

Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, eram cidades que concentravam a contratação de trabalhadores migrantes internos empobrecidos vindos de diferentes partes do Brasil. O próprio ITM mantinha uma base nessas cidades e era responsável por controlar e fornecer passagens para esses trabalhadores até São Paulo. Ao chegarem na capital paulista, a Hospedaria dos Imigrantes tinha como papel receber os pedidos dos fazendeiros por mão de obra, acolhendo-os e triando esses trabalhadores para o encaminhamento ao interior do mesmo estado. Atento ao processo, mesmo sem especificar, Simonsen (1943) admite que:

A partir de 1938, com a grande seca verificada principalmente nos sertões setentrionais de Minas e no sudeste da Baía, intensificou-se a corrente dessa mão de obra [...] as populações flageladas pela seca encaminharam-se para São Paulo, por via ferroviária, em sua maioria, e estipendiadas pelo governo do Estado (SIMONSEN, 1943: 42).

Em 1938, o Governo Federal passou a regulamentar o processo, por meio do decreto-lei n. 406 de maio de 1938<sup>15</sup>, e proibir o aliciamento de trabalhadores nacionais

---

<sup>15</sup> O Decreto ainda dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. O artigo 73, do Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, criava o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) que basicamente se preocuparia com entrada de estrangeiros que manifestassem conduta não ameaçadora da ordem pública e segurança nacional. Sobre a organização desses trabalhadores o decreto-lei, em seu artigo 39, esclarecia que: “§ 1º Em cada núcleo ou centro oficial ou particular, será mantido um mínimo de trinta por cento (30%) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25 %) de cada nacionalidade estrangeira. Na falta de

sem autorização do Conselho de Imigração e Colonização (CAIC). Ou seja, a experiência concreta de uma política de migração interna no período não guardava relação com essa proposta exposta por Simonsen ou pela corrente industrialista. Preocupado com os rumos das migrações internas, Simonsen, então, tece duras críticas à maneira com que o processo era feito:

Para alcançar a estação de estrada de ferro mais próxima, muitos desses imigrantes caminharam a pé ou se utilizaram de outros meios de transporte, percorrendo mais de 1.000 quilômetros e chegando a São Paulo subalimentados e em más condições para um trabalho produtivo imediato (SIMONSEN, 1943: 142-143).

Era necessário oferecer mais que políticas de subsídios às empresas, pois as condições de um deslocamento qualificado e ordenado que realmente contribuísse para o desenvolvimento da nação não eram valorizadas de maneira específica e cuidadosa nas iniciativas governamentais. No eixo sudeste, a preocupação com a mão de obra, apenas justificava-se por meio das transformações estimuladas pela crise de 1929 que “provocou nos primeiros tempos, a queda da produção industrial, transformando-se logo depois, em grande estímulo a essa produção” (SIMONSEN, 1943: 140), exigindo e impondo ao empresariado o aumento do número de trabalhadores que atendessem as novas demandas do setor produtivo.

Para Simonsen (1943), de maneira ainda pouco pretensiosa e desorientada, os salários auferidos no Sudeste acabavam por atrair mão de obra nacional disponível do estado mais populoso do Brasil no período, Minas Gerais. Somado aos mineiros, os nordestinos, inicialmente, devido aos condicionantes culturais, não se adaptavam ao trabalho na lavoura do café, mas, no entanto, a partir de 1938, com “a grande seca verificada nos sertões setentrionais de Minas e no Sudeste da Bahia intensificou fluxos ou “correntes” migratórias (SIMONSEN, 1943: 151). A narrativa de Simonsen sugere que tal movimento populacional terminou por “aclimatar” (usando uma expressão do próprio autor) o elemento nortista – adaptação que evidenciaria a viabilidade da migração interna

---

brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses” (Decreto-Lei 406, 1938).



como fator de progresso<sup>16</sup>. Ainda segundo o autor as cifras de migrantes foram de 100.139 indivíduos no período.

Ainda na década de 1930, as políticas de queima do estoque do excedente do café, como solução encontrada para crise instaurada, e a atração de mão de obra nacional foram causas que concorreram para o controle dos preços do café; dessa maneira, mais uma vez, o argumento da falta de braços para lavoura era reeditado. Frente ao quadro, o governo de São Paulo criou políticas de subsídios para o deslocamento de população: “O alvo para a recomposição da mão-de-obra [sic] no campo eram os trabalhadores nordestinos e mineiros tornando migrantes por esta política” (PAIVA, 2004: 31).

A mão de obra nacional, para além do apelo nacionalista, também passou a fazer parte dos interesses urbanos-industriais do período, considerando que, menos engajados em movimentos de trabalhadores<sup>17</sup>, de inspiração europeia, houve o controle da ação das possíveis lideranças trabalhistas, ao passo que o excedente de mão de obra garantia o controle dos salários e aumento da lucratividade empresarial.

Os interesses políticos e econômicos inseridos no novo padrão de acumulação do capital, a partir do modelo de Substituição de Importações, ao não poder negar elementos do Modelo Primário Exportador, necessitou redimensioná-lo, não só do ponto de vista da sua pauta de produção, mas também pensar a política de mão-de-obra para esse setor. Ao mesmo tempo, as demandas por mão-de-obra [sic] para as crescentes atividades industriais engendrou, igualmente, uma mudança do perfil da força de trabalho (PAIVA, 2004: 36).

A drenagem da força de trabalho de regiões menos desenvolvidas era necessária para o equilíbrio econômico. De acordo com Simonsen (1943), havia uma problemática populacional e cultural no Norte do país que impedia o desenvolvimento dos recursos econômicos. O nortista adaptado ao clima quente: “pouco exigente em relação ao vestuário e às habitações, apegados ao seu solo, não emigram em sua maioria, por iniciativa própria e vão perdendo, gradualmente, toda a ambição de progresso. Impera aí uma simples economia de subsistência” (SIMONSEN, 1943: 148).

---

<sup>16</sup> Com relação a migração campo-cidade nas duas primeiras décadas do século XX, ver também Stolcke (1985).

<sup>17</sup> Almeida (1978) destaca 79 greves no período de 1930 a 1935.

O autor parte para uma comparação com os imigrantes colonos europeus que estariam sempre em busca de melhores proventos e disponíveis a migrar internamente; segundo ele foi o que aconteceu quando a crise de superprodução do café assolou a atividade: “Esses primeiros afluxos de colonos para a cidade favoreceram a implantação do parque industrial na capital do Estado (São Paulo)” (SIMONSEN, 1943: 151), no entanto, era necessário maiores esforços governamentais para que outras populações sem passado “imigrante”, com os colonos citados, fossem para as cidades engrossar o mercado de mão de obra.

A migração, dessa vez, do campo para a cidade é resposta à tese do pleno emprego sazonal de mão de obra e fatores de produção que encontrara em Gudín e no campo liberal-ortodoxo uma morada indelével. O que está discretamente posto nas entrelinhas é que o próprio movimento migratório para a atividade agrícola no interior do estado de São Paulo produziu um excedente de mão de obra a ser absorvido pela indústria, o que mostra que essa indústria não desvia fatores de produção e que tais fatores estão já perfeitamente empregados.

Na conclusão de “Recursos econômicos e movimento das populações”, as teses sobre as migrações são trazidas de maneira mais clara, o autor considera que “as autoridades públicas poderiam fazer apressar muitas dessas migrações, cujo retardamento atrasa o reajustamento de grande parte das populações a melhores condições de vida” (SIMONSEN, 1943: 153). Isto é, nesse momento, o autor nos apresenta a necessidade de políticas públicas estatais que planificassem a migração interna, retirando seu “desordenamento” quando pensada de maneira individual e espontânea, assim como outros acontecimentos eventuais que possam retardar o natural processo migratório.

Os conhecimentos já existentes da geografia humana, da geografia econômica e das observações diretas dos fatos estão, pois, a demonstrar que **é possível melhorar consideravelmente a situação geral do Brasil pelas migrações internas, cientificamente organizadas**, completadas por imigrações de elementos estrangeiros selecionados. (SIMONSEN, 1943: 153, grifos nossos).

Pela primeira vez na literatura especializada é afirmado que a migração interna deveria ser amplamente planejada e controlada pelo Estado, para atender, evidentemente, à demanda de mão de obra no café, na agricultura em geral e na indústria. Juntamente com os

imigrantes “estrangeiros selecionados”, esses trabalhadores nacionais também colaborariam para o desenvolvimento do país, e ainda atendiam aos anseios nacionalistas do período.

Simonsen se inspira na experiência de empresas japonesas de colonização já existentes em São Paulo, para demonstrar o sucesso da migração planejada: “pode prosperar rapidamente qualquer colono cientificamente orientado sobre os processos de cultura e emprego de suas atividades e devidamente apoiado em modernos aparelhamentos econômicos” (SIMONSEN, 1943: 153). É essencial mencionar que a política migratória do período não corroborou essas assertivas. Parece-nos que, apesar da criação da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, em 1907, esta ainda não atuava de maneira eficiente na seleção de trabalhadores nacionais, de acordo com o foco do autor.

A política migratória, que se apresentava como bem sucedida era realizada a partir do ITM, que embora tenha objetivado prioritariamente a migração de população de outros estados brasileiros para o rural paulista, foi promovida e organizada como uma iniciativa do Estado de São Paulo, e não por meio de uma política pensada a partir de órgãos de planejamento e execução federais, como sugeriria a narrativa industrialista para uma política migratória.

Desse modo, a literatura especializada mostra que foi preponderante, na política praticada por São Paulo, a interferência – e mesmo o controle de fato – dos próprios empresários do café, de forma que a política migratória passou a atender mais as prioridades desses fazendeiros e de agenciadores de mão de obra do que as diretrizes previamente estabelecidas num âmbito de planejamento estatal (PAIVA, 2004; TESSARI; COSTA, 2019).

Por mais que governo federal e estadual estivesse em certa consonância quanto à necessidade de mão de obra migrante, é em Simonsen que a questão da migração interna planejada, orientada por medidas estatais, é consistente e afirmativa. Melhorar os níveis de vida dessa população que faz uso das migrações é parte orgânica do projeto simonseano de desenvolvimento.

Uma vez mais é necessário e justo mencionar que o argumento de Simonsen é concordante com a Sociedade das Nações e com as indicações do Congresso de Buenos Aires, de 1937: “os países europeus, em seu passado recente, facilitavam as emigrações do

excesso de suas populações, melhorando, assim, o nível de vida dos que ficavam e, ao mesmo passo, proporcionando novas oportunidades de progresso aos que saíam” (SIMONSEN, 1943: 156). Dessa forma, por esses motivos e outros já apresentados, as ideias expostas em “Recursos econômicos e movimentos das populações” consistem em peça importante no conjunto da obra simonseana, assim como no projeto de nação e de industrialização a ele adjacente.

### **Considerações finais**

Principal intelectual orgânico da corrente industrialista em toda a Era Vargas (1930-1945), Roberto Simonsen não apenas elaborou, no decorrer de sua obra, um projeto de industrialização para o Brasil, como o conectou intimamente a um projeto de nação englobante. Neste artigo foram discutidas as principais influências no pensamento simonseano, além de também revisitados os estudos pertinentes sobre Roberto Simonsen já realizados.

O objetivo foi situar o tema migratório na obra simonseana, enquanto um tema importante no conjunto da produção desse importante intelectual do pensamento brasileiro. O esforço está em demonstrar que “Recursos econômicos e movimentos das populações” é um texto inserido em um logo processo de elaboração intelectual na construção da ideologia industrialista na obra de Simonsen. Tal esforço faz destaque ao fato de que migrações internas constituem um tema relevante e de vínculo real e orgânico dentro de um conjunto maior, que denominamos de pensamento industrialista – também pode ser incluído no conjunto do pensamento nacional-desenvolvimentista.

Outrossim, o tema migratório aparece tanto nas publicações e discursos de Roberto Simonsen quanto foi um dos temas relevantes na sua “Controvérsia” com Gudin, um dos mais pronunciados e inflexivos estudiosos, porque toca em pontos sensíveis à questão do planejamento econômico e à própria industrialização. Dessa forma, a pretensão era mostrar como o tema migratório é, em realidade, componente orgânico e nodal do pensamento e projeto político industrialista/desenvolvimentista.

Isso, porém, não significou, necessariamente, sua concretização. Uma contextualização de “Recursos econômicos e movimentos das populações” mostrou que a experiência concreta de migração planejada no Brasil nas décadas de 1930-1940 passou ao

largo do constante na proposta industrialista. A literatura especializada aponta dois fatores dessa desconexão: primeiramente, o fato de que a política migratória para o trabalho rural paulista – realizada preponderantemente pelo ITM – realizou-se em bases estaduais e não a partir de um planejamento e organização nacionais; em segundo lugar, dada a presença pronunciada de agentes privados nesse processo, isso inviabilizou uma definição de prioridades a partir de um âmbito técnico e de planificação. Esse aspecto mostrou uma importante descontinuidade entre o projeto político industrialista e a política pública real, no tocante às migrações internas. Por fim, o artigo também convida a repensar o tema da política migratória no Brasil, tema esse de indubitável presença e atualidade.

### Referências

ABRAÃO, C. E. G. *A expressão do pensamento liberal no Brasil entre o imediato pós-guerra e o final da década de 1950*. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ALMEIDA, M. H. T. de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930-1945*. 1978. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

AQUINO, A. *A controvérsia do Planejamento econômico entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin e a consolidação do projeto industrialista*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. 2011.

BAENINGER, R. *Fases e Faces da Migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População (NEPO)/ Universidade Estadual de Campinas, 2012.

BALÁN, J. *Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa. Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1945-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BORGES, M. A. *Eugênio Gudin - Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.

BURNS, E. M. N. *História da Civilização Ocidental: Do homem das cavernas até a bomba atômica*. V. 2, 2. ed. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1971.

BRASIL. *Decreto de lei nº 406*, de 4 de maio de 1938. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0406.htm). Acesso em 22/03/2020.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CAETANO, C. G. *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes*. 1994. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CARONE, E. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARONE, E. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1982.

CEPÊDA, V. A. *Roberto Simonsen e a Formação da Ideologia Industrialista no Brasil: limites e impasses*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COSTA, M. A. *Urbanização e migração urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

CURI, L. F. B. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRANCO, G. H. de B.; LAGO, L. A. C. *A Economia da República Velha, 1889-1930. Texto Para Discussão N° 588*, Departamento de Economia, PUC-Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td588.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GOMES, A. M. de C. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoiesco, no Brasil de Vargas. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, out./dez. 2012.

GOMES, A. M. de C. *Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

GRAMSCI, A. *A Concepção Dialética da História*. 3. ed. Giuglio Einaudi (org.). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GUDIN, E. *Capitalismo e sua Evolução*. Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. Rio de Janeiro: s/e, 1936.

GUDIN, E. *A Rendição da Guarda e Outros Escritos*. São Paulo: Agir, s/d.

HOBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

LAMOUNIER, M. L. *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: Lei de locação de serviços 1879*. 1986. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

LEME, M. S. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

LENHARO, A. *Corpo e Alma: Mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40*. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. Tradução de Luiz João Baraúna. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

LUZ, N. V. *A Luta Pela Industrialização no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

MACIEL, L. M. *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração para o interior de São Paulo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MANOILESCO, M. *Teoria do Proteccionismo e da Permuta Internacional*. Tradução de Azevedo Amaral. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

MANOILESCO, M. *O Século do Corporativismo. A Doutrina do Corporativismo Integral e Puro*. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: NADALIN, S. O.; MARCÍLIO, M. L.; BALHANA, A. P. (Orgs.) *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo; FSEADE, 1990.

MAZZA, F. *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen*. São Paulo: FIESP, 2004.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *Source: Journal of the Statistical Society of London, Londres*, v. 48, n. 2. p. 167-235, 1885.

ROCHA, N. R. *A Economia Política Clássica no Brasil: O pensamento inovador de Eugênio Gudín*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

ROMPATTO, M. *Roberto Simonsen e a Evolução sem Revolução*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2004.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./mai. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192/35930>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SILVA, L. O. Roberto Simonsen: A industrialização brasileira e a II Guerra Mundial. *História Econômica & História de Empresas*, v. 13, n. 2, p. 25-52, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.29182/hehe.v13i2.65>>. Acesso em: 17 mar. 2020

SIMONSEN, R. *Orientação Industrial Brasileira*. São Paulo: CIESP, 1928.

SIMONSEN, R. *A Margem da Profissão - discursos, conferências e publicações*. São Paulo: São Paulo Editora, s/d.

SIMONSEN, R. *As Finanças e a Indústria*. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

SIMONSEN, R. *A Indústria em face da Economia Nacional*. São Paulo: Empresa Graphica. *Revista dos Tribunaes*, 1937.

SIMONSEN, R. Recursos econômicos e movimento de populações [1940]. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.

SIMONSEN, R. *O Plano Marshall e suas Principais Repercussões para a América Latina*. São Paulo: [s. n.], 1947.

SIMONSEN, R. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. Edgar Carone (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1973.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. *Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da polêmica Simonsen x Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.

STOLCKE, V. *Cafecultura. Homens, Mulheres e Capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 513-540, mai./ago. 2019.



AS MIGRAÇÕES INTERNAS À LUZ DO PENSAMENTO DE ROBERTO SIMONSEN:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ENSAIO “RECURSOS ECONÔMICOS E  
MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES”

VIEIRA, R. M. *O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen* - análise de ideologia. 1987. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

VILLEN, P. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19 n. 34, p. 126-142, jan./jun. 2015.

**Recebido em:** 31 de outubro de 2019

**Aceito em:** 12 de fevereiro de 2020